

Causação Intencional

Maria Clara Dias

Centro de Ética e Filosofia da Mente/UFRJ

Um dos temas mais recorrentes da filosofia, em geral, e da filosofia da mente, em particular, é o da relação entre o mental e o físico. Retomada sob a forma da clássica distinção cartesiana entre *res cogitans* e *res extensa*, a discussão transita do plano ontológico para o epistêmico deixando atrás de si um leque de respostas mais ou menos incompatíveis e, sobretudo, um amplo espectro de discussões correlatas que tornam pungente sua solução. Para buscarmos uma introdução pré-filosófica ao tema, podemos reportar-nos às inúmeras formas cotidianas de descrição/interpretação do mundo no qual vivemos ou de nós mesmos. Explicamos a ocorrência de fenômenos físicos por recurso a eventos igualmente físicos, mas também por recursos a fenômenos de outro tipo. Para sermos mais generosos com o nosso senso comum, ou simplesmente para simplificarmos o já bastante amplo espectro deste debate, reportarei este segundo grupo de fenômenos aos fenômenos mentais. É neste sentido que vemos, por exemplo, a taquicardia ser atribuída, algumas vezes, ao aumento da adrenalina na corrente sanguínea e, outras, ao medo, desejo ou a outros “estados d’alma”. Da mesma forma, costumamos explicar fenômenos mentais por recurso a outros fenômenos mentais, mas também por recurso a fenômenos físicos. Dizemos que uma pessoa está apática ou triste por ter sofrido uma desilusão amorosa, mas também por estar sofrendo alterações hormonais. Dito assim de forma tão simplificada, tais explicações podem parecer disparatas e pouco verossímeis. O fato é que, verossímeis ou não, nosso dia-a-dia está repleto de tais explicações e não nos parece causar espécie que um mesmo fenômeno possa ser descrito e explicado de formas tão diversas. No âmbito epistêmico costumamos também acreditar que o amadurecimento da ciência nos trará, em cada caso, a explicação correta, desbancando as demais sob o título de credices. O que antes dizíamos ser possessão, passamos a interpretar como desequilíbrio psíquico/afetivo e caminhamos para a aceitação de que sejam casos de desequilíbrio orgânico. No mundo físico parecemos, hoje, depositar a chave explicativa inequívoca de todos os fenômenos.

No plano ontológico a discussão entre o mental e o físico leva-nos de imediato a duas questões: (1) São o físico e o mental entidades distintas? (2) Como

entidades distintas podem manter relações causais? Dualistas, como Descartes, respondem afirmativamente à primeira questão, mas enfrentam dificuldades em responder a segunda. Assumindo que apenas entre entidades de um mesmo tipo podemos estabelecer relações causais, outros recusarão a perspectiva dualista, mas terão que explicar a aparente distinção entre o mental e o físico. As alternativas neste caso são diversas: alguns localizaram a distinção apenas no nível descritivo, ou seja, trata-se de um único tipo de fenômeno que pode ser descrito de formas distintas; outros defenderão uma relação de identidade, onde então os fenômenos mentais deixam de existir, ou de superveniência, onde os fenômenos mentais perdem sua eficácia causal.

Neste exposição, pretendo apresentar a perspectiva de Searle como uma tentativa de resposta ao problema da relação causal entre o mental e o físico que procura, dentro de uma proposta naturalista, resgatar a eficácia causal do mental. Neste sentido, Searle recusa tanto o dualismo ontológico, como o reducionismo, a redução explicativa do mental ao físico, e o eliminativismo, ou seja, a completa eliminação do mental.

Para apresentar a proposta de Searle pretendo analisar o que o autor considera como sendo o característico e irreduzível do mental, a saber a Intencionalidade¹. Situando então o problema como uma explicação e defesa da chamada causalidade Intencional, pretendo analisar as condições necessárias para que, segundo Searle, possamos atribuir satisfatoriamente eficácia causal a nossos estados Intencionais.

1 A Intencionalidade dos Estados Intencionais:

A Intencionalidade é para Searle a propriedade dos estados ou eventos mentais pela qual estes estão dirigidos-a, ou são acerca-de, objetos e estados de coisa no mundo. Um estado mental com tal característica será então dito estado Intencional. Cumpre lembrar que nem todos os estados mentais são estados Intencionais, posto que alguns estados mentais não possuem Intencionalidade, como por exemplo, alguns estados de ansiedade, exaltação e melancolia. Pela mesma razão, devemos também distinguir Intencionalidade e consciência, pois podemos ter consciência de nossa ansiedade sem que esta seja reconhecida como estando direcionada para algo, ou seja, como possuindo Intencionalidade. Da mesma forma, alguns estados Intencionais podem ser ditos inconscientes, no sentido em que posso não tê-los presentes no momento. Tenho muitas crenças nas quais não estou pensando atualmente, mas que certamente exprimem estados Intencionais que efetivamente tenho. Acredito, por exemplo, que minha mãe jamais esteve na China e sou ca-

¹Estarei utilizando, como propõe Searle, letra maiúscula para a expressão Intencionalidade e expressões derivadas para evitar que a mesma seja confundida com uma tipo específico de estado Intencional, a saber, as intenções.

paz de expressar tal crença como resposta a uma indagação alheia, embora possa jamais ter refletido sobre a mesma antes.

Mas se ser um estado mental ou ser consciente não nos permite identificar algo como sendo um estado Intencional, de que critério podemos então nos servir? A resposta é imediata. Se a Intencionalidade se caracteriza pelo seu direcionamento a um objeto, um estado será Intencional todas as vezes que pudermos responder a perguntas do tipo: a que se refere? Sobre que é tal estado? Onde obtemos como resposta um objeto ou estado de coisas, algo portanto distinto do próprio estado Intencional em questão. De acordo com tal critério, são então estados Intencionais crenças, temores, esperanças, desejos, amor, ódio etc.

Para melhor caracterizar nossos estados Intencionais e sua relação com os objetos ou estados de coisa para o qual estão direcionados, Searle propõe analisá-los a luz de sua interpretação dos chamados atos ilocucionários. Atos ilocucionários são atos de fala através dos quais expressamos nossas crenças, desejos, temores, dúvidas etc. São compostos de um conteúdo proposicional—aquilo em que se acredita, que se deseja, teme, dúvida etc.—e uma força ilocucionária correspondente ao modo psicológico expresso—crença, desejo, temor, dúvida etc. Em um ato de fala $F(p)$ dizemos que F é a força ilocucionária e p o conteúdo proposicional. Um mesmo conteúdo pode então vir acompanhado de forças ou modos psicológicas diversos. Tomemos, por exemplo, a expressão: “estar chovendo lá fora”. Com este mesmo conteúdo podemos expressar o *desejo* de que esteja chovendo lá fora, o *temor* de que esteja chovendo lá fora, a *crença* de que esteja chovendo lá fora etc.

Assim como todo o ato de fala possui um conteúdo proposicional e uma força ilocucionária, todo estado Intencional possui um conteúdo representativo e um modo psicológico. Estados Intencionais representam objetos ou estados de coisas no mesmo sentido em que os atos ilocucionários os representam, a saber, seu conteúdo se reporta a um estado de coisas no mundo. Na realização de cada ato ilocucionário com um conteúdo proposicional expressamos um certo estado Intencional que é a condição de sinceridade do ato de fala. Em outras palavras, a realização do ato de fala é necessariamente uma expressão do estado Intencional correspondente. Se, pelo ato de fala da promessa, prometo trazer o livro na próxima semana, então por este mesmo ato expresso a intenção de trazer o livro na próxima semana. Se afirmo que hoje está chovendo, expresso a crença de que hoje esteja chovendo. Atos ilocucionários e estados Intencionais cujo conteúdo é uma proposição completa possuem também uma direção de ajuste. Descrições e asserções possuem, por exemplo, direção de ajuste mente-mundo, ou seja são satisfeitas quando a mente se ajusta ao mundo. Desejos e intenções possuem direção de ajuste mundo-mente, ou seja, são satisfeitas quando o mundo se ajusta à mente. Nos atos ilocucionários ou nos estados Intencionais o conteúdo determina suas condições de satisfação e o modo psicológico ou a força ilocucionária,

a direção de ajuste.

Atos ilocucionários e estados Intencionais possuem condições de satisfação ou sucesso. Um ato de fala será satisfeito se e somente se (i) o estado psicológico expresso for satisfeito e (ii) as condições de satisfação do ato de fala e do estado psicológico expresso forem idênticas. As condições de satisfação de um estado Intencional são *internas* ao próprio estado. Não podemos conhecer um estado, como, por exemplo, acreditar em algo ou desejar algo, sem conhecer suas condições de satisfação. Saber o que é um determinado estado Intencional significa exatamente conhecer suas condições de satisfação, ou seja, conhecer (i) o que é representado por seu conteúdo proposicional e (ii) qual o modo psicológico do estado em questão. Conhecer qual é o objeto Intencional, ou o estado de coisas representado é, por sua vez, saber a que se refere, o estado Intencional. Se nada satisfaz a porção referencial do conteúdo representativo, diremos que o estado Intencional é desprovido de objeto Intencional.

Tal explicação dos estados Intencionais e de seus objetos dispensa, portanto, o conhecimento de categorias ontológicas. A única condição externa ao próprio estado assumida por Searle é a de que o estado Intencional em questão esteja relacionado a outros estados Intencionais (o que ele chamará de “rede”) e se situe sobre o pano de fundo (*background*) de práticas e suposições pré-intencionais. Se não relacionarmos, por exemplo, a expressão de um estado Intencional de um ator com os demais estados Intencionais de seu personagem e o contexto narrativo em geral, do qual faz parte não apenas o roteiro da peça em questão, mas também seu autor, sua época, o público ao qual se dirige, os costumes vigentes etc, não seremos capazes de compreendê-lo. É neste sentido, portanto, que a rede e o *background* passam a integrar as condições para a compreensão de um estado Intencional.

Mas se as condições de satisfação de um estado Intencional são as condições impostas pela sua compreensão, em que medida aspectos do mundo físico, como por exemplo, as estruturas cerebrais, podem desempenhar algum papel na discussão acerca de tais estados mentais? Diante da dicotomia mente-corpo, Searle assume uma perspectiva não dualista, naturalista. Para ele, a solução não está em negar a existência de fenômenos mentais, mas em estimar adequadamente sua natureza biológica: os fenômenos mentais são ao mesmo tempo causados por operações do cérebro e realizados na estrutura cerebral.² A investigação de tais processos cabe, no entanto, às ciências empíricas. A base biológica dos fenômenos mentais não impede que possamos reconhecer características peculiares aos mesmos, tal como, por exemplo, a Intencionalidade, e que, com base em uma análise desta característica, possamos explicar satisfatoriamente a atribuição de significado a nossas práticas lingüísticas e a nossas ações. A solução proposta por

²Ver, J. Searle, *Intencionalidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995, X.

Searle será discutida na quarta parte desta exposição.

Vimos até aqui como podemos compreender um estado Intencional composto por um conteúdo proposicional e um modo psicológico. Os casos paradigmáticos são para Searle as crenças e os desejos. Ambos possuem como complemento uma proposição completa que representa um certo estado de coisas. Compreender tais estados significa saber em que condições serão satisfeitos. O modo psicológico de cada um determina a sua direção de ajuste: mente-mundo, no caso das crenças, e mundo-mente, no caso dos desejos. O que devemos dizer, no entanto, no caso dos estados Intencionais que não possuem como conteúdo uma proposição e para os quais não podemos identificar diretamente uma direção de ajuste? Podemos reduzir outras formas de Intencionalidade a crenças e desejos? Aqui a hipótese adotada por Searle será a de que todos os estados Intencionais, mesmo aqueles sem direção de ajuste e que não tem por conteúdo uma proposição completa contém crenças, desejos ou ambos e que, ao menos em diversos casos, a explicação da Intencionalidade será reportada a estes últimos.

Para chegarmos às crenças e desejos embutidos nos demais estados Intencionais devemos tomar um estado específico e nos perguntar em que devemos acreditar e/ou o que devemos desejar para estar no estado em questão. Se temos, por exemplo, esperança de que os conflitos no continente africano terminem, podemos então dizer (i) que acreditamos que haja conflitos no continente africanos e que (ii) desejamos que tais conflitos cheguem ao fim. Se lamentamos termos nos atrasado para o filme, então isto significa que (i) acreditamos ter chegado atrasados, mas que (ii) desejávamos chegar a tempo. Poderíamos prosseguir com o teste indefinidamente e traduzir nestes termos nossos temores, orgulho, vergonha, desapontamento etc. Ao invés disto, proponho que aceitemos a fórmula sugerida por Searle e passemos a uma outra questão: o que fazer nos casos em que a Intencionalidade, por não se reportar a estados Intencionais, não puder ser explicada através de crenças e desejos? Tal como os estados Intencionais, nossas experiências perceptivas e nossas ações se direcionam a objetos e estados de coisa no mundo, possuem, portanto Intencionalidade. Mas como podemos explicar seu modo de se relacionar com o mundo? Estamos agora diante de dois novos âmbitos de investigação: a Intencionalidade das experiências perceptivas e a Intencionalidade das ações.

2 A Intencionalidade das Experiências Perceptivas:

As experiências perceptivas são para Searle eventos mentais conscientes e se relacionam com suas condições de satisfação de modo diverso do das crenças e desejos. Compartilham com os estados Intencionais a propriedade da direcionalidade e possuem como características peculiares o imediatismo e a involuntariedade.

Inicialmente três semelhanças podem ser apontadas entre as experiências perceptivas, entre as quais elegeremos como modelo a experiência visual, e os estados Intencionais, exemplificado pelas crenças e desejos. Em primeiro lugar, em ambos os casos o conteúdo representacional equivale a uma proposição completa. A experiência visual é sempre de que determinado estado de coisas se verifica e não de um objeto. Ao relatar nossas experiências visuais dizemos, por exemplo, que “vemos que lá fora está chovendo” ou “que a árvore está florida” etc. O complemento é portanto uma proposição. A experiência visual, no entanto, não se limita a representar o estado de coisas percebido, mas, quando satisfeita, facultamos um acesso direto a este. Neste sentido, seu modo peculiar de representar um estado de coisas será chamado apresentação. Em segundo lugar, tal como as crenças e desejos, nossas experiências visuais tem direção de ajuste. Sua direção de ajuste se assemelha a das crenças, a saber: mente-mundo. Em terceiro, experiências visuais, assim como as crenças e desejos, são identificadas e descritas em termos do seu conteúdo intencional. Nos exemplos acima teremos como conteúdo Intencional: “que lá fora está chovendo” e “que a árvore está florida”.

O conteúdo Intencional da experiência visual determina sob quais condições ela é ou não satisfeita. É parte de suas condições de satisfação que a experiência visual seja causada pelo restante de suas condições de satisfação, a saber, o estado de coisas ao qual se reporta. Em outras palavras, a compreensão do conteúdo Intencional da experiência visual requer: (i) que haja um estado de coisas no mundo e que (ii) este estado de coisas cause a experiência visual. Neste sentido, a experiência visual será dita auto-referente e apresentará também uma direção de causação, a saber: mundo-mente.

O aspecto sob o qual algo é percebido é determinado tanto pelo ponto de vista daquele que percebe como pelas demais características da situação perceptiva. Assim sendo, mais uma vez a rede e o *background* tornam-se determinantes do que é percebido. Podemos, por exemplo, expor duas ou mais pessoas aos mesmos estímulos visuais e obter com o experimento percepções visuais distintas. A diferença no resultado obtido poderá então ser explicada pelos estados Intencionais atuantes em de cada pessoa no momento da percepção e por fatores não Intencionais relacionados, por exemplo, a suas atividades, costumes, língua etc. Exercícios de figura e fundo amplamente utilizados na psicologia como “o coelho e o pato”, “a velha e a moça”, “o cálice e os dois perfis”, servem para ilustrar esta influência de outros fatores na determinação do conteúdo perceptivo. Em alguns casos, a influência de um estado Intencional pode chegar a se sobrepor à experiência visual, gerando diferentes condições de satisfação. Este é, por exemplo, o caso da nossa percepção do sol e da lua. Em ambos os casos, nossa experiência visual se confronta com a crença, amplamente reconhecida em nossa cultura, de que o sol ou a lua são infinitamente maiores que nós. Ao sermos indagados sobre o que estamos vendo, dificilmente cedemos a tentação de dizer que o objeto apresentado

tem as dimensões de uma bola de futebol. As condições de verdade de uma experiência visual envolverão o perceptante e os componentes da percepção visual, a experiência visual e a cena, numa relação Intencional, causal. Rede, *background* e causação figuram, portanto, na determinação das condições de satisfação de uma experiência visual.

Ao caracterizar deste modo os fatores determinantes das condições de satisfação de nossas experiências perceptivas, Searle supõe responder a dois problemas clássicos da filosofia: (1) o problema da particularidade, ou seja, como objetos particulares podem fazer parte do conteúdo Intencional e (2) o problema do ceticismo, ou seja, como podemos garantir validade objetiva ao nosso conhecimento. Vejamos agora o primeiro caso. Como podemos identificar entidades particulares no conteúdo intencional da nossa experiência visual? Suponhamos que estejamos diante de uma pessoa e que esta seja apresentada a nós como sendo Inês³. Passam-se alguns dias e encontramos novamente alguém com as mesmas características físicas da pessoa a qual fomos apresentados como sendo Inês. Prontamente lhe estendemos a mão e cumprimentamos: “como vai, Inês?” A pessoa recua e diz termos cometido um engano. Surpresos, narramos o ocorrido a uma terceira pessoa e ela nos revela que Inês tem uma irmã gêmea. Nos dois momentos tivemos a experiência visual de uma pessoa. No segundo momento, no entanto, nossa identificação do objeto percebido fracassa. A que devemos atribuir um tal fracasso, ou melhor, a que devemos atribuir o sucesso da experiência anterior? A resposta, então, será: ao reconhecimento de que o objeto em questão causa a experiência perceptiva e a correlação do objeto percebido com o conteúdo de outros estados Intencionais e/ou outras situações perceptivas. Para reconhecer uma pessoa como sendo Inês devemos ser, portanto, capazes de reportar o conteúdo da experiência perceptiva a outros conteúdos, tais como, por exemplo, a crença de que a pessoa que nos foi apresentada é amiga de Pedro, estudante de arquitetura e que esteve no mesmo local que nós uma semana antes. Em condições normais, ou seja, dada uma certa regularidade no mundo em que vivemos, quem satisfizer tais características será corretamente identificado como sendo Inês. As semelhanças físicas entre Inês e sua irmã gêmea não nos induzirão continuamente ao erro desde que possamos nos servir de outros conteúdos Intencionais que se refiram inequivocamente a Inês e não a sua irmã. A identificação de particulares torna-se assim possível graças ao reconhecimento da rede e do *background* como determinantes das condições de satisfação da experiência perceptiva.

Acabamos de ver como experiências visuais de tipo idêntico podem ter condições de satisfação distintas e como tais condições podem ser particulares e não gerais. Cabe-nos agora a pergunta inversa: como pessoas diferentes, com vivên-

³A construção deste exemplo se baseia no exemplo de Sally fornecido por Searle no capítulo 2 de *Intencionalidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995.

cias diferentes podem ter estados Intencionais e experiências perceptivas com as mesmas condições de satisfação. De acordo com a perspectiva cética, nossa própria experiência não nos forneceria uma base suficiente para nos certificarmos de estarmos nos reportando a objetos e estados de coisas comuns. Segundo a argumentação cética: (i) para que eu esteja vendo um carro é necessário que minha experiência visual seja causada pelo carro. (ii) Devo saber que o carro causou a experiência visual e infiro da presença e da natureza de minhas experiências, como efeito, a existência e as características do carro, como causa. Para o cético, no entanto, uma inferência causal deste tipo jamais poderia ser justificada, uma vez que o único acesso que tenho ao carro é através da minha própria experiência. Por conseguinte, tomando como base a minha experiência visual, jamais poderei saber se o carro realmente causou minha experiência ou mesmo que haja algum carro.

Para Searle, tal argumento fracassa ao supor, já na formulação do problema, que nosso conhecimento da relação causal seja inferencial: “Não infiro (afirmo ou descubro) que o carro está causando a minha experiência visual. Simplesmente vejo o carro.(...) O conhecimento de que o carro causou minha experiência visual deriva do conhecimento de que o vejo, e não o contrário”.⁴ Não fazemos uma inferência causal da experiência visual para a existência do carro. A experiência visual não representa a relação causal como algo que exista independente da experiência. Não estamos lidando com duas coisas uma das quais é a evidência da outra, mas percebemos uma única coisa e, ao percebê-la temos uma experiência perceptiva. Ter uma experiência visual é estar em condições de reconhecer direta ou imediatamente a relação causal entre o estado de coisas percebido e a experiência visual do mesmo.

É possível que a ocorrência da experiência não nos forneça a garantia da existência do objeto, mas isto não nos induz a pensar que a relação entre nossa experiência e o objeto seja inferencial. Podemos nos equivocar com relação ao objeto da nossa experiência e reportar nosso engano à ausência de *background* ou a interferência de crenças, desejos ou outros estados Intencionais. Adotando um ponto de vista filosófico, podemos ainda estar em busca “do que as coisas são independentemente de serem percebidas”, ou seja da “coisa em si”. Neste caso, de fato não teremos mais nada a provar. Apenas repetiremos, com Kant, que ou bem o que as coisas são deve ser entendido como relativo à nossa capacidade de tomá-las como nosso objeto de conhecimento—nos termos de Searle, nossa capacidade de receber os inputs causais de um mundo—ou se tornam, para nossa investigação, irrelevantes, pois já não seriam aquilo a que nos direcionamos, ou seja, nosso objeto Intencional.

⁴J. Searle, *Intencionalidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995, 103.

3 A Intencionalidade das Ações:

Tal como muitos de nossos estados mentais e como nossas experiências perceptivas em geral, a Intencionalidade pode ser também atribuída às ações. Toda ação pode ser descrita como composta por um componente Intencional, a saber, a experiência de agir, e um evento, uma transformação no mundo. Tal transformação ou evento é aquilo que é visado pela intenção que leva a cabo a ação. A esta intenção chamaremos intenção em ação. Toda ação possui uma intenção em ação, sem a qual a realização de um evento qualquer não poderia ser reportada a um estado Intencional do agente. Compreender ou ter consciência de uma ação significa, portanto, compreender a relação entre a intenção em ação e o evento realizado. Tal como descreve Searle:

Minha ação de erguer o braço tem dois componentes, a intenção em ação e o movimento do braço. Tire-se o primeiro, não se tem uma ação, mas apenas o movimento; tire-se o segundo e não se tem êxito, mas apenas um esforço frustrado. Não há ações, nem mesmo não-intencionais, sem intenção, pois toda ação tem uma intenção em ação como um de seus componentes.⁵

Para conhecermos a intenção em ação basta que sejamos capazes de responder à questão: o que você está fazendo agora? Isto significa: conhecer as condições de satisfação da ação. O conteúdo Intencional da intenção em ação e o conteúdo Intencional da experiência de agir são idênticos. A experiência de agir, ou seja, o componente Intencional da ação é simplesmente o que é expresso pela intenção em ação.

A experiência de agir possui, tal como as experiências perceptivas, uma direção de ajuste e uma direção de causação. Sua direção de ajuste será: mundamente e sua direção de causação: da experiência de agir para o evento. O método proposto para a identificação do conteúdo Intencional é interrogar o que deve ocorrer para que o conteúdo Intencional seja satisfeito. Identifica-se, assim, a Intencionalidade por suas condições de satisfação. Quanto à relação de causação exemplificada nas ações, diremos que a intenção em ação causa o evento. Neste sentido, estamos mais uma vez diante de um caso de auto-referencialidade causal. Ser consciente de uma ação significa (i) saber reportar o evento do qual a ação é composta ao componente Intencional da mesma, ou seja, à intenção em ação e (ii) reconhecer na intenção em ação a causa do evento em questão.

Searle faz questão de distinguir aqui a intenção em ação da chamada intenção prévia. A intenção prévia é aquela formada antes da ação, envolve um plano de ação, cálculos, estratégias etc. É claro que grande parte de nossas ações são

⁵J. Searle, *Intencionalidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995, 148.

levadas a cabo por uma intenção prévia que causa nossa intenção em ação. O importante é que possamos reconhecer que nem todas as nossas ações são acompanhadas de intenções prévias, mas mesmo assim são ações das quais somos conscientes e pelas quais podemos responder. Ações como escovar os dentes ao levantar, dirigir-se ao ponto de ônibus na hora de ir para o trabalho, lavar as mãos ao chegar da rua, beijar nossos filhos ao entrar em casa etc, são ações sobre as quais raramente refletimos previamente, contudo, se formos interrompidos em qualquer uma delas e indagados sobre o que estamos fazendo, saberemos sem dificuldade revelar o componente Intencional de nossa ação, a saber: a intenção em ação.

A intenção em ação é para Searle o que distingue ações de meros atos. Na ocorrência de atos não identificamos uma intenção em ação como causa do evento realizado. Automatismos são os exemplos mais comuns de atos. Nestes casos, ao sermos indagados sobre o que estamos fazendo, costumamos responder que “nada”, ou seja, não reconhecemos em nós, em nossos estados Intencionais, o fator causal relevante para a explicação dos movimentos em questão.

A descrição do nosso agir pode envolver ainda (i) intenções complexas, ou seja, pode nos reportar a uma rede de intenções prévias atuando como causadores⁶ de nossa intenção em ação e (ii) situações compostas por ações intencionais e não intencionais. Este último caso é bem ilustrado pelo drama de Édipo: Édipo casa-se com Jocasta. Casar-se com Jocasta é uma ação Intencional. Édipo sabia o que estava fazendo, ou seja, teria sido capaz de identificar a intenção em ação presente no seu agir. Tragicamente, casar-se com Jocasta significa também: casar-se com sua mãe. Tal ação pode, contudo, ser reconhecida como não-intencional. Édipo não reconheceria a intenção de casar-se com sua própria mãe como a intenção em ação que determinou o seu agir. Tudo o que podemos dizer é que a ação completa continha elementos que faziam parte da intenção em ação e outros que não faziam. Isto significa que alguns elementos faziam parte das condições de satisfação da intenção em ação e, por conseguinte, da ação propriamente dita e outros não. Em muitos casos, podemos até mesmo ter consciência de algumas conseqüências de uma ação, sem que as mesmas sejam incluídas nas condições de satisfação da intenção. Quando tomamos, por exemplo, a decisão de realizar um tratamento dentário, sabemos de antemão que horas não muito agradáveis nos aguardam. Nos casos comuns, a intenção que nos mobiliza, no entanto, não invoca tais sensações desprazerosas, mas sim o tratamento.

A correlação entre elementos Intencionais e elementos não-Intencionais envolvidos na compreensão de nossas ações é bastante explorada nas tragédias exa-

⁶Searle propõe uma distinção entre causadores e outros elementos de uma relação causal. Os causadores são os aspectos causalmente relevantes que aparecem em uma relação causal. São aqueles aos quais devemos reportar o nexos causal. Nem todos os relatos de relações causais são contudo relatos envolvendo causadores, ou seja, são relatos que identificam os elementos causalmente relevantes.

tamente por despertar em nós esta sensação de estarmos diante de algo ao mesmo tempo estranho e familiar, de sermos a um só tempo agentes e vítimas dos acontecimentos. O que efetivamente distingue a situação de Édipo e o nosso dia-a-dia? A resposta será mais uma vez o recurso as regularidades planejáveis que constituem de certo modo o *background* de nossas ações ordinárias. Para ressaltar este aspecto, Searle dispõe-se a analisar casos em que a relação entre ações e intenções nos conduz a certos paradoxos.

O primeiro caso é sugerido por Chisholm⁷: Bill deseja matar seu tio, do qual é herdeiro, afim de enriquecer. Enquanto dirige, Bill planeja o assassinato e este pensamento o deixa tão nervoso que acaba provocando um acidente. Bill atropela e mata um pedestre, que vem a descobrir ser o seu próprio tio. Bill tinha a intenção prévia de matar o tio. Porém, não podemos dizer que esta intenção prévia tenha determinado a intenção em ação que levou à morte de seu tio. A intenção em ação de Bill, no momento do acidente, não era matar seu tio, mas simplesmente “estar dirigindo”. Neste caso há uma quebra na cadeia causal que faz com que não possamos atribuir à ação presente de Bill a intenção de matar seu tio, ou seja, o poder causal sobre o evento ocorrido.

O segundo caso, semelhante ao anterior, é extraído de Davidson⁸: Um alpinista deseja livrar-se do fardo e do perigo que representa para ele ter que segurar o companheiro. Este pensamento o deixa tão atormentado que ele solta a corda que o prendia ao outro alpinista, deixando-o cair. Aqui, mais uma vez, podemos dizer que não foi a intenção prévia de se livrar de um fardo que fez com que o alpinista deixasse cair seu companheiro. Havia uma intenção prévia e ocorreu um evento que coincide com a mesma. A intenção em ação no momento do acidente não estava, contudo, relacionada causalmente à intenção prévia e a queda do companheiro, neste caso, está contabilizada entre os elementos não intencionais da ação. O alpinista queria soltar o companheiro, assim como Bill queria matar seu tio. Este desejo entrou em relação com outros fatores que levaram a realização de uma ação composta por elementos intencionais e elementos não intencionais. Há, no entanto, uma quebra no nexo causal que faz com que movimento realizado não possa ser reportado ao desejo de ambos. Para nos certificarmos disto basta indagarmos pela intenção em ação do momento. Bill não nos responderá que está matando o seu tio, assim como o alpinista não nos dirá que está soltando seu companheiro, embora, nos dois casos isto esteja efetivamente acontecendo, porém enquanto fazendo parte dos elementos não intencionais de suas ações.

⁷R.M., Chisholm, “Freedom and Action”, in K. Lehrer (ed.) *Freedom and Determinism* (New York: Random House, 1966), p. 37.

⁸D. Davidson, “Freedom to act”, in T. Honderich (ed), *Essays on Freedom of Action* (Londres, Henley e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1973), pp. 153-4.

O terceiro caso, distinto dos anteriores, é fornecido por Bennett⁹: Um homem tenta atirar em uma determinada pessoa para matá-la. Ele erra o alvo, mas o estrondo do tiro dissipa uma manada de porcos selvagens que acaba matando, pisoteada, a pessoa em questão. Neste caso, a intenção prévia causa a intenção em ação, mas esta última não consegue realizar o movimento desejado, ou seja, a ação não é satisfeita. A vítima é morta, mas não podemos reportar sua morte à intenção em ação. A quebra aqui se dá entre a intenção em ação e o evento. A intenção em ação seria satisfeita se o matador tivesse acertado a vítima com um tiro. Seu tiro causou outros eventos que levaram por fim à morte da vítima. A quebra de conexão entre as intenções e os eventos tornam o resultado ao nível do agente tão fortuito como teria sido caso um raio tivesse atingido a vítima no momento em que o tiro foi disparado. O efeito do tiro sobre a manada é apenas mais um elemento não intencional da ação realizada.

4 Causação Intencional: o cérebro e a mente

Os três exemplos acima mencionados envolvem (i) ou bem uma falha do conteúdo Intencional em atuar causalmente, tal como no último caso, (ii) ou uma falha de regularidade planejável nas relações causais do estado Intencional, tal como nos dois primeiros exemplos. Assim sendo, tais casos nos permitem discriminar ao menos duas condições necessárias para que possamos reconhecer relações causais entre eventos e estados mentais. A primeira condição é a de que o conteúdo Intencional atue eficientemente sobre os aspectos Intencionais da ação. A segunda, exige, como parte do *background*, que haja ao menos um certo grau de regularidade planejável. O conteúdo Intencional deve ser um aspecto causalmente relevante e deve exemplificar uma regularidade planejável.

Com isso, Searle pretende fornecer uma explicação da causalidade que, ao contrário da tradição, nos permita reconhecer diretamente o nexos causal. Ou seja, tanto na percepção como no agir, a relação de causação é experienciada diretamente e reconhecê-la está entre as condições de satisfação de ambas. No caso das ações, a causação é parte do conteúdo da intenção em ação. Se a intenção em ação não causa o resto das condições de satisfação, a intenção não é satisfeita. No caso da percepção, a causação é parte das condições de satisfação do conteúdo perceptivo. Se não reconhecemos o objeto ou estado de coisas percebido como causa da nossa experiência perceptiva, não nos reconhecemos como tendo uma experiência perceptiva. É, portanto, parte do conteúdo da nossa experiência ser causa de um evento no mundo ou ser causada por um estado de coisas no mundo. Ao percebermos o mundo ou ao agirmos sobre ele temos estados Intencionais auto-referentes.

⁹Citado por D. Davidson in T. Honderich (ed), *op.cit.*, pp. 152-3.

A relação causal é interna, ou seja, é parte do conteúdo—e não do objeto—destas experiências.

Partindo desta descrição de uma relação causal, podemos agora, retomar a pergunta feita na primeira parte desta exposição: como podemos atribuir poderes causais a entidades não-Intencionais? Vimos, naquela etapa, que a atribuição de poderes causais ao mundo físico não é para Searle problemática. Ao contrário, o autor insiste em uma naturalização dos estados mentais, segundo a qual estes seriam não apenas realizados no cérebro, mas também causados por operações cerebrais. A experiência visual, por exemplo, é, segundo Searle, causada pelo funcionamento do cérebro em resposta a estímulos ópticos externos e também realizada na estrutura do cérebro. Dois fenômenos podem, assim, estar relacionados tanto pela causação, como pela realização. O importante é que isto aconteça em níveis distintos de descrição.¹⁰ Para ilustrar estes dois tipos de relação, Searle elege como exemplo a água: a relação entre o comportamento molecular e as características físicas da água é um exemplo de causação. Ao descrevermos esta mesma substância como líquida, não estamos acrescentando-lhe uma propriedade adicional, mas apenas fornecendo outra descrição de uma propriedade que se realiza na estrutura molecular da substância em questão.¹¹ Searle admite, ainda, que em cada nível de descrição podemos também reconhecer relações causais distintas. Em suas próprias palavras:

A explosão é causada pela descarga de uma faísca da vela, mesmo sendo a descarga e a explosão causadas por fenômenos em um micro-nível e nele realizados, nível de descrição este em que termos como ‘descarga’ e ‘explosão’ são inteiramente inadequados. Do mesmo modo, quero dizer que a intenção em ação causa o movimento corporal, ainda que a intenção em ação e o movimento corporal sejam causados em uma microestrutura e nela se realizem, estrutura em cujo nível termos como ‘intenção em ação’ e ‘movimento corporal’ são inadequados.¹²

Podemos afirmar, portanto, que toda a explicação fornecida até aqui do modo como a Intencionalidade pode tomar parte em relações causais não exclui a possibilidade de fornecermos para os mesmos fenômenos uma explicação igualmente válida que não contenha elementos Intencionais. Tais explicações não são excluídas, já que em cada caso estaremos enfocando aspectos irredutíveis uns aos outros. Tais considerações são, por assim dizer, não a conclusão da proposta de Searle, mas hipóteses de trabalho não-questionadas ou premissas assumidas pelo

¹⁰Ver, J. Searle, *Intencionalidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995, 369.

¹¹Ver, J. Searle, *Intencionalidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995, 368.

¹²J. Searle, *Intencionalidade*, Martins Fontes, São Paulo, 1995, 373.

autor. Contra aqueles que recusassem esta dupla forma de descrição e defendessem uma eliminação da explicação mentalista, Searle só poderia responder reiterando a peculiaridade de aspectos mentais como, no caso, da Intencionalidade, e mostrando a irreduzibilidade de uma explicação Intencional a explicações segundo leis meramente físicas. Contra os que recusam a possibilidade de explicarmos de acordo com leis físicas fenômenos relacionados a nossa vida mental, Searle pode apenas reiterar a promessa naturalista e deixar que a pesquisa científica revele relações que hoje ainda não podemos entrever.

Para concluir esta exposição gostaria apenas de indicar um argumento contra a tese da dupla explicação. Com isso, não pretendo negar, de antemão, nem a peculiaridade dos aspectos mentais, nem seus poderes causais, mas apenas apontar para as dificuldades reais de uma proposta conciliatória. Trata-se do princípio da exclusão explanatória de Kim.¹³

Suponhamos, como propõe Searle, que duas explicações completas sejam fornecidas para um mesmo evento *e*: (i) uma delas invocando para *e* uma causa/explicação mental *m* e (ii) outra invocando uma causa/explicação física *p*. Para que ambas sejam verdadeiras é necessário que *e* seja causado por *m* e por *p*. Sendo ambas explicações, por hipótese, completas, tanto *m* quanto *p* devem ser causas completas de *e*. Segue-se, de acordo com Kim, que *m* e *p* não podem ser independentes uma da outra. Se efeitos físicos puderem, então, ser reportados a causas físicas completas, causas mentais serão inoperantes ou eficientes apenas em um contexto de sobre-determinação. Neste último caso, no entanto, já não seriam elas mesmas causas completas ou independentes.

Se o argumento de Kim estiver correto, a possibilidade de fornecermos uma explicação causal física completa para um determinado fenômeno, possibilidade esta na qual Searle aposta, colocaria ao menos sob suspeita uma explicação mental, não-fisicalista do mesmo fenômeno. Se aceitarmos a possibilidade de uma dupla descrição, por conseguinte, uma dupla explicação, teremos ainda que investigar a relação e/ou hierarquia entre os dois tipos de explicação em questão. As alternativas seriam mais uma vez (i) ou bem o reconhecimento de uma relação de identidade, onde então a peculiaridade do mental seria eliminada, (ii) ou o reconhecimento de uma relação de superveniência, onde ao menos a eficácia causal do mental seria suprimida. Estaríamos, assim, diante das duas perspectivas que Searle procurou evitar: o eliminativismo, ou seja, a completa eliminação do mental ou a redução explicativa do mental ao físico.

¹³Para uma reconstrução e defesa do Princípio da exclusão explicativa, ver: Fuhrmann, A. e W. Mendonça, "Causas Excludentes", Manuscrito não-publicado, 2001.